



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

Exm.º Senhor

Vice-Presidente do Conselho Superior
da Magistratura

...

Assunto: Relatório de atualização do número de Juízes/as Desembargadores/as dos Tribunais da Relação.

Data: 9/11/2017.

Orlando Santos Nascimento, Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, em cumprimento da orientação dada na reunião que teve lugar no Conselho Superior da Magistratura a 19/10/2017, com vista à preparação do próximo concurso para os Tribunais da Relação, informa V.^a Ex.^a que:

- 1) Se mantêm as condições de trabalho descritas no relatório datado de 5 de abril de 2017, oportunamente enviado a esse Venerando Conselho.
- 2) Após o último movimento judicial para os Tribunais da Relação e as vicissitudes subsequentes, relativas a jubilação e subida ao Supremo Tribunal de Justiça, nesta data, o Tribunal da Relação de Lisboa tem em exercício efetivo de funções 128 Juízes/as Desembargadores/as, incluindo o presidente e um Juiz Desembargador em situação de “baixa”, que se prevê longa (...), distribuídos pelas Secções Cíveis (64), Secções Criminais (48) e Secção Social (15).



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

- 3) Ainda antes da realização do próximo concurso de acesso aos Tribunais da Relação quatro **(4) Juízes/as Desembargadores/as** reúnem as condições legais para **jubilção**, sendo que três (3) deles anunciaram já o seu propósito de apresentarem o respetivo pedido logo que atingidas as condições de idade e tempo de descontos.
- 4) Quatro **(4) dos/as Juízes/as Desembargadores/as** foram graduados no último concurso de acesso ao **Supremo Tribunal de Justiça**, aguardando a respetiva nomeação.
- 5) Em consequência do relatado em 2) a 4), aquando do próximo concurso de acesso aos Tribunais da Relação o quadro de Juízes/as Desembargadores/as em efetividade de serviço estará, com grande segurança, reduzido a **120, incluindo o presidente e um Juiz Desembargador em situação de “baixa”**.
- 6) Até à tomada de posse dos/as Juízes/as Desembargadores/as que vierem a ser colocados no Tribunal da Relação de Lisboa no próximo movimento judicial e até Dezembro de 2018, decorridos cerca de 3 meses após o seu início de funções, mais **quinze (15)** Juízes/as Desembargadores/as reunirão as condições de jubilação.
- 7) Esses quinze (15) Juízes/as Desembargadores/as terão as seguintes idades:
- **Em 1/9/2018** um (1) terá **68** anos, cinco (5) terão **66** anos, dois (2) terão **65** anos, cinco (5) terão **64** anos e dois (2) terão **63** anos;
 - **Em 31/12/2018**, um (1) terá **68** anos, seis (6) terão **66** anos, três (3) terão **65** anos e cinco (5) terão **64** anos.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

8) Como vem sendo hábito coletivo instituído os /as Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa requerem o estatuto de jubilação logo que perfazem as respetivas condições.

9) Em virtude do referido em 6) e 7), não considerando as colocações que vierem a ser efetuadas no próximo movimento judicial, o quadro em efetividade de serviço ficará reduzido a cento e quatro **(104) Juízes/as Desembargadores/as**.

10) Para além da previsível redução do número de Juízes/as Desembargadores/as, em virtude de jubilação e acesso ao Supremo Tribunal de Justiça a que nos referimos, com o consequente aumento exponencial do número de processos distribuídos a cada um/a dos/as Juízes/as Desembargadores/as remanescentes, não poderemos deixar de considerar também as **redistribuições de processos** por cada Juiz/a Desembargador/a que sai por jubilação e acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, muito relevantes, como o demonstram neste momento as redistribuições de cento e noventa (190) processos por motivo de “baixa” de um Juiz Desembargador e trinta e sete (37) processos por jubilação de um outro, a acrescerem à distribuição normal, em situação de crescimento.

11) A **idade média** dos Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa encontra-se em crescimento constante devido às **alterações legislativas em contexto de redução de despesa do Estado, que determinaram, em especial, o aumento da idade e do tempo de descontos para a jubilação e as condições de reforma por incapacidade para o trabalho.**



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

12) Esse aumento da **idade média** dos Juízes/as Desembargadores/as tem sido acompanhado de um aumento constante do volume de trabalho **per capita** quando é certo que o desgaste psíquico físico inerente a um trabalho intensivo, sem limite de horas diárias de trabalho e com obrigação de apresentação do **resultado final desse trabalho (decisões judiciais)**, aconselhariam, como medida de gestão de recursos humanos, a redução de distribuição de processos em 10% a partir dos cinquenta e cinco (55) anos de idade e de 20% a partir dos sessenta (60) anos de idade.

13) Pelos fundamentos aduzidos, na sequência do expandido mais pormenorizadamente no nosso relatório de 5 de abril de 2017, em poder desse Venerando Conselho, sem prejuízo da sugestão corporizada em 12), tendo este Tribunal da Relação um **quadro de 133 a 153** Juízes/as Desembargadores/as, afigura-se-nos que, após o próximo movimento judicial, em **setembro de 2018**, o Tribunal da Relação de Lisboa deverá iniciar a sua atividade jurisdicional com **um mínimo de cento e cinquenta (150) Juízes/as Desembargadores/as em efetividade de funções**.

Em resultado do exposto proponho, pois, ao Venerando Conselho Superior da Magistratura que se digne:

A) Considerar, no âmbito do próximo concurso de acesso aos Tribunais da Relação, que o número de Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa em efetividade de funções, após o próximo movimento judicial, em setembro de 2018, deverá ser fixado



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

num mínimo de **cento e cinquenta (150) Juízes/as Desembargadores/as.**

B) Atender ao facto de que, em ordem a atingir esse número, colmatando as saídas por jubilação e acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, em setembro de 2018 o Tribunal da Relação de Lisboa precisa de um acréscimo de **46 Juízes/as Desembargadores/as.**

C) Ponderar, como medida de gestão de recursos humanos, em ordem a racionalizar o esforço de trabalho em função da idade e das concretas condições desse trabalho, em especial, do seu volume e penosidade, a **redução de distribuição de processos por Juiz/a Desembargador/a em 10% a partir dos cinquenta e cinco (55) anos de idade e de 20% a partir dos sessenta (60) anos de idade.**

Grato pela atenção e com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

(Orlando Santos Nascimento)